



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa

DL

Fis. 02

4.

PROJETO DE LEI Nº

248/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 04 JUN. 2012

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Resgate de Deus, com sede e foro na cidade de Apucarana, PR.

Art. 1º - Fica declarada nos termos da lei, entidade de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Resgate de Deus, com sede e foro na cidade de Apucarana, PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de maio 2012.

Adelino Ribeiro
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

1411 84/06/2012 08:00:00 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em questão tem por escopo declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Resgate de Deus, com sede e foro na cidade de Apucarana, PR.

A Associação Cultural e Beneficente Resgate de Deus é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter religioso, cultural, beneficente, filantrópico e assistencial, que tem por objetivo a proteção e amparo à família, infância, maternidade, adolescência e à velhice; a assistência à saúde e o desenvolvimento cultural.

A Associação desenvolve suas atividades desde o ano de 2004, e vem realizando relevantes serviços à comunidade apucaranaense.

Face às atividades descritas e considerando que as ações da Associação trazem benefícios diretos à população da cidade de Apucarana, justifica-se sua qualificação como entidade de utilidade pública.

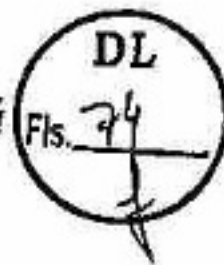
Diante do exposto acima, pedimos a compreensão e o apoio dos nobres pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no que tange a matéria supracitada.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2012.


Adelino Ribeiro
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 248/2012

Projeto de Lei nº. 248/2012

Autor: Deputado Estadual Adelino Ribeiro

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Resgate de Deus, com sede e foro no Município de Apucarana.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Adelino Ribeiro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação Cultural e Beneficente Resgate de Deus, com sede e foro no Município de Apucarana, Estado do Paraná.*

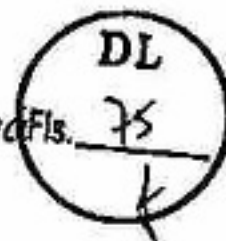
FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Fls. 75
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grito nesso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

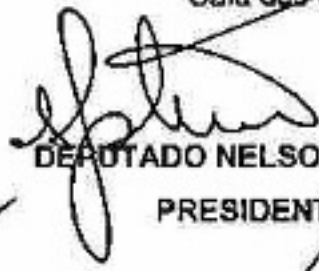
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

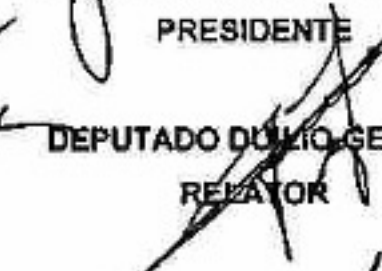
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

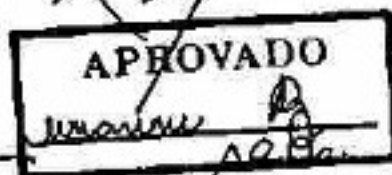
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de 06 de 2012


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

nº 449/12

Súmula: Dispõe sobre o Piso Nacional dos Professores da Educação Básica e consequente equiparação do salário de ingresso de professores ao dos Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Incidirá o percentual de 6,66% (seis, vírgula, sessenta e seis por cento), a partir do dia primeiro do mês de julho de 2012, sobre a classe 1 do Nível I/F6 de ingresso, na tabela de jornada de 20 (vinte) horas semanais com reflexo nos intervalos e interclasses da tabela e mesmos reflexos na tabela de jornada de 40 (quarenta) horas, com inicial de R\$ 979,78 (novecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos, para a tabela de 20 (vinte) horas, e R\$ 1.959,56 (mil novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) para a Tabela de 40 (quarenta) horas, conforme Anexo I, desta Lei.

Art. 2º Incidirá o percentual de 6,65% (seis, vírgula, sessenta e cinco por cento) sobre a classe 1 do Nível I/F6 de ingresso na tabela de jornada de 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia primeiro do mês de outubro de 2012, com reflexo nos intervalos e interclasses da tabela e mesmos reflexos na tabela de jornada de 40 (quarenta) horas, conforme Anexo II, desta Lei.

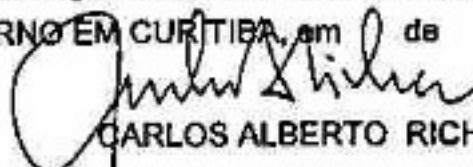
Art. 3º As disposições da presente Lei aplicam-se também aos servidores inativos e geradores de pensão regidos pela Lei Complementar nº 103/04, à exceção dos benefícios previdenciários concedidos sem direito à isonomia e paridade, nos termos da Emenda Constitucional 41/2003.

Art. 4º O anexo único da Lei Complementar nº 138, de 21 de setembro de 2011, passa a vigorar de acordo com o constante do Anexo I desta Lei.

Art. 5º A implantação em folha de pagamento, constante da presente lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Administração e disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em _____ de _____ de 2012


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR Nº
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E REMUNERAÇÃO
CARRERA DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO - QPM

AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26)

285,823

CLASSES - Julho/2012

TABELA JORNADA 20 HORAS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
NÍVEL III	2.094,71	2.199,44	2.309,41	2.424,89	2.546,13	2.673,43	2.807,11	2.947,45	3.094,83	3.249,58	3.412,05
NÍVEL II / G7	1.224,73	1.285,97	1.350,27	1.417,78	1.488,67	1.563,10	1.641,26	1.723,32	1.809,49	1.899,95	1.994,95
NÍVEL I / F6 - INGRESSO	979,78	1.028,77	1.080,21	1.134,22	1.190,93	1.250,49	1.313,01	1.378,66	1.447,59	1.519,97	1.595,97

AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26)

374,553

CLASSES - Julho/2012

TABELA JORNADA 40 HORAS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
NÍVEL III	4.189,42	4.398,88	4.618,82	4.849,78	5.092,26	5.346,88	5.614,22	5.894,92	6.189,66	6.499,16	6.824,10
NÍVEL II / G7	2.449,48	2.571,94	2.700,54	2.835,58	2.977,34	3.126,20	3.282,52	3.446,64	3.618,98	3.799,92	3.989,92
NÍVEL I / F6 - INGRESSO	1.959,58	2.057,54	2.160,42	2.268,44	2.381,88	2.500,98	2.625,02	2.757,32	2.895,18	3.039,94	3.191,94

SEM INGRESSO

TABELA JORNADA 20 HORAS

NÍVEL ESPECIAL III / E5	832,82	874,46	918,18	964,09	1.012,29	1.062,91	1.116,05	1.171,86	1.230,43	1.291,97	1.356,57
NÍVEL ESPECIAL II / D4	734,84	771,58	810,16	850,67	893,20	937,86	984,75	1.033,99	1.085,69	1.139,98	1.196,97
NÍVEL ESPECIAL I / C3	685,85	720,14	756,15	793,96	833,65	875,34	919,10	965,08	1.013,31	1.063,98	1.117,18

SEM INGRESSO

TABELA JORNADA 40 HORAS

NÍVEL ESPECIAL III / E5	1.665,64	1.748,92	1.836,36	1.928,18	2.024,58	2.125,82	2.232,10	2.343,72	2.450,90	2.563,94	2.683,14
NÍVEL ESPECIAL II / D4	1.489,68	1.543,16	1.620,32	1.701,34	1.786,40	1.875,72	1.969,50	2.067,98	2.171,38	2.279,96	2.393,94
NÍVEL ESPECIAL I / C3	1.371,70	1.440,28	1.512,30	1.587,92	1.667,30	1.750,68	1.838,20	1.930,12	2.026,62	2.127,95	2.234,38

sem servidores ativos



ANEXO II - LEI COMPLEMENTAR Nº
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E REMUNERAÇÃO
CARREIRA DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO - QPM

AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26)

CLASSES - OUTUBRO/2012

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
NÍVEL III	2.234,00	2.345,70	2.462,99	2.588,14	2.715,44	2.851,22	2.993,78	3.143,47	3.300,64	3.465,07	3.638,96
NÍVEL II / G7	1.306,18	1.371,48	1.440,06	1.512,06	1.587,66	1.667,05	1.750,40	1.837,92	1.929,82	2.026,31	2.127,62
NÍVEL I / F6 - INGRESSO	1.044,94	1.087,19	1.152,05	1.209,65	1.270,13	1.333,64	1.400,32	1.470,34	1.543,85	1.621,05	1.702,10

AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26)

CLASSES - OUTUBRO/2012

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
NÍVEL III	4.460,00	4.691,40	4.925,98	5.172,28	5.430,88	5.702,44	5.987,58	6.286,94	6.601,28	6.931,34	7.277,92
NÍVEL II / G7	2.612,38	2.742,96	2.880,12	3.024,12	3.175,32	3.334,10	3.500,80	3.675,84	3.859,84	4.052,62	4.255,24
NÍVEL I / F6 - INGRESSO	2.089,68	2.194,38	2.304,10	2.419,30	2.540,26	2.667,28	2.800,64	2.940,68	3.087,70	3.242,10	3.404,20

SEM INGRESSO

NÍVEL ESPECIAL III / E5	888,20	932,61	979,24	1.028,20	1.079,61	1.133,59	1.190,27	1.249,79	1.312,27	1.377,89	1.446,78
NÍVEL ESPECIAL II / D4	783,71	822,89	864,04	907,24	952,60	1.000,23	1.050,24	1.102,75	1.157,89	1.215,78	1.276,57
NÍVEL ESPECIAL I / C3	731,48	768,03	806,43	846,75	889,09	933,55	980,22	1.029,24	1.080,70	1.134,73	1.191,47

SEM INGRESSO

NÍVEL ESPECIAL III / E5	1.776,40	1.865,22	1.953,48	2.056,40	2.159,22	2.267,18	2.380,54	2.499,38	2.624,54	2.755,78	2.893,50
NÍVEL ESPECIAL II / D4	1.567,42	1.645,78	1.728,08	1.814,48	1.905,20	2.000,45	2.100,48	2.205,50	2.315,78	2.431,56	2.553,14
NÍVEL ESPECIAL I / C3	1.462,92	1.536,08	1.612,86	1.693,50	1.778,18	1.867,10	1.960,44	2.058,48	2.161,40	2.269,46	2.382,94

sem servidores ativos





MENSAGEM
Nº 050/2012

Curitiba, em 28 de agosto de 2012.

Senhor Presidente,

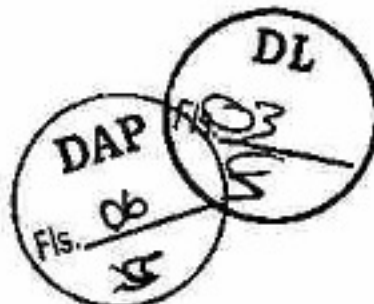
I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em 28/08/2012
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Piso Nacional dos Professores da Educação Básica e consequente equiparação do salário de ingresso de professores ao dos Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme específica.

Em 2011 o Governo Estadual concedeu aos professores da rede estadual de ensino, além do reajuste de 6,5% proporcionado a todos os servidores, o acréscimo salarial de 5,91% referente a primeira parcela da equiparação salarial dos professores da rede estadual da educação básica ao dos agentes profissionais (nível superior) do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado, o que resultou em um acréscimo total de 12,80% no salário do magistério.

O MEC divulgou no dia 27/02/2012 o aumento de 22,22% no Piso Nacional dos Professores e seu valor passou a ser de R\$ 1.451,00, como remuneração mínima do professor de nível médio e jornada de 40 horas semanais. A decisão foi retroativa para 1º de janeiro deste ano. O piso nacional ficou acima do salário do nível especial I, classe A, que era R\$ 1.223,64 e que com o reajuste de maio de 2012 subiu para o valor de R\$ 1.286,05, muito embora este nível especial não conte mais com ingresso de professores no âmbito do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/

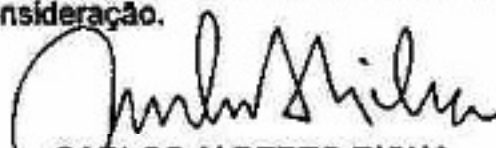


Apesar disso, o aumento de 22,22% do piso nacional repercutiu nas negociações salariais com a categoria de professores, de modo se fizesse por meio de duas parcelas: uma em julho/12 de 6,66% e outra em outubro/12 de 6,65%, perfazendo o percentual total de 19,55%, já considerado os 5,1% concedido em maio.

A partir de julho o impacto mensal é de R\$14.220.934,00 na rubrica de pessoal. Em outubro de 2012 o impacto mensal passa para R\$ 29.366.207,00. O valor total para o ano de 2012 na despesa com pessoal será de R\$160.127.632,00.

Ressalta-se que o atendimento da Lei Federal 11.738/08, referente ao Piso Nacional dos Professores da Educação Básica, converge com o compromisso de equiparar o salário inicial dos professores da rede estadual da educação básica ao dos agentes profissionais (nível superior) do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado, essa a razão do encaminhamento do presente Anteprojeto de Lei Complementar.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa do necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO